

# CURRÍCULO E REFORMAS EDUCACIONAIS PARA O ENSINO BÁSICO: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL SOBRE OS CONTEXTOS DE INFLUÊNCIA E PRODUÇÃO DE TEXTO

<sup>1</sup>ELIEZER ALVES MARTINS<sup>1</sup>, <sup>2</sup>MAIRA FERREIRA<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS<sup>1,2</sup> – [eliezeralvesmartins@gmail.com](mailto:eliezeralvesmartins@gmail.com)

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas - UFPEL<sup>2</sup> – [mmairaf@gmail.com](mailto:mmairaf@gmail.com)

## 1. INTRODUÇÃO

A Educação Básica no país está passando por diferentes reformas curriculares, cujas influências nacionais e internacionais, governamentais ou de grupos multilaterais com financiamento de capital, têm desdobramentos sobre o currículo e sobre o trabalho dos professores. Nossa compreensão para as políticas leva em consideração a concepção pluralista sobre política educacional em Stephen Ball (1992a; 1992b), como não sendo um texto necessariamente fechado bem como não tendo significados muito claros ou fixos, mas estando sempre sujeitas a contestações. Para Ball (1994), a política é tomada como texto e como discurso, entendida como, “uma composição de regulação e imperativos, princípios e esforços coletivos, em múltiplos níveis de interpretação e tradução” (BALL, 2009, p.1). Além disso, o autor considera que ao focalizarmos numa política para um estudo analítico metodológico, muitas outras estão sendo desenvolvidas e em circulação, e que a ratificação de uma pode impedir, influenciar, contradizer a ratificação de outras. Nesse sentido, a discussão sobre política educacional seria semelhante a uma arena de disputas em cada contexto (BALL, BOWE, GOLD, 1992; BALL, BOWE, 1992), com algumas vozes sendo mais privilegiadas do que outras, na tentativa de impor sua influência em documentos a serem escritos. Ball, Bowe e Gold (1992), desenvolveram um referencial metodológico analítico para estudos sobre políticas educacionais, chamado *policy cycle approach* (abordagem do ciclo de políticas), sendo uma ferramenta de análise que considera cinco contextos: *de influência; da produção de texto; da prática; dos resultados/efeitos e de estratégia política* (BALL, BOWE, GOLD, 1992; Ball 1994).

O presente trabalho, um recorte de uma dissertação de mestrado, tem como objetivo mostrar como o *contexto de influência e de produção de texto*, são apresentados nos documentos de políticas educacionais.

## 2. METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa, caracterizada como “ciência baseada em textos”, (GÜNTER, 2006, p.5), tem uma abordagem qualitativa para o desenvolvimento de análise documental, considerando-a como uma “técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos” (LÜDKE, ANDRE, 1986, p.38). Inicialmente, foi realizado um levantamento de documentos oficiais relacionados às reformas curriculares do Ensino Médio, após a Lei de Diretrizes e Bases para

---

<sup>1</sup>Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde – PPGQVS, vinculado a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

<sup>2</sup>Professora da Universidade Federal de Pelotas, Centro de Ciências Química, Farmacêutica e de Alimentos, professora do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências-UFRGS.

Educação Nacional (LDB/96), no site do Ministério da Educação (MEC). Os documentos examinados foram os seguintes: Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 2000); PCNEM+ (2002); Orientações Curriculares Para o Ensino Médio (OCEN, 2006); Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (DCNEB, 2010); Proposta Pedagógica para o Ensino Médio Politécnico (EMP/RS, 2012-2014); Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM, 2012); Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI-2009); Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio (PNFEM, 2013); Plano Nacional de Educação (PNE-2014-2024); Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2015, 2016); e Medida Provisória nº 746 – reforma ensino médio (MP, 2016). Concomitante à pesquisa de documentos, foi realizada busca de artigos e livros relacionados ao tema, visando estabelecer um diálogo entre os referenciais teóricos e as proposições dos documentos pesquisados.

Neste trabalho são examinados dois documentos: os PCNEM (2000) e as versões de 2015 e 2016 da BNCC-Ensino Médio, visando ver esse movimento de mudança desde o início dos anos de 2000.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da LDB/96, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) foram homologadas, apresentando novas orientações para a organização curricular deste nível de ensino (BRASIL, 2000). Sobre o **Contexto de Influência**, os PCNEM (2000) instituídos no período de 1995 a 2003, em um governo de ideologia liberal e conservadora, tiveram influências de fontes tanto nacionais quanto internacionais em sua construção como documento final para a Educação Básica. Além disso, agências multilaterais como o Banco Mundial – BIRD, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura – UNESCO, que apresenta 4 premissas: *Aprender a conhecer; Aprender a fazer; Aprender a viver e Aprender a ser*, com proposições que enfatizam a competitividade, a superação e o individualismo. No **contexto de produção de texto**, o documento se apresenta com o propósito de orientar o trabalho dos professores em sala de aula, visando a estruturação de um novo Ensino Médio organizado em áreas de conhecimentos: *Linguagens, códigos e suas tecnologias; Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias e Ciências Humanas e suas tecnologias*, nas quais deveriam ser desenvolvidos nos alunos habilidades e competências voltadas aos objetivos formativos articulados aos eixos de *Representação e comunicação; Investigação e compreensão; e Contextualização sócio-cultural*, levando em consideração sempre a contextualização e interdisciplinaridade, baseados em princípios oriundos das DCNEM/98, articulados aos PCNEM/2000. Cerca de 15 anos depois, em 2015, é anunciada a produção de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC), prevista pela LDB/96, e, por isso, mencionada em diversos documentos oficiais como, por exemplo: DCNEM (1998); DCNEB (2010); DCNEM (2012) e PNE (2014).

No **contexto de influência**, após o impeachment da presidente do país (2016), um novo governante assume o país e organiza sua equipe de trabalho, com mudanças de gestão na educação básica que altera políticas educacionais, estando essas, no centro das reformas. Nesse movimento pela instituição da Base Nacional Comum Curricular há a participação de órgãos nacionais ligados à educação, mas também órgãos internacionais, multilaterais de financiamento também como a Organização da Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento

Econômico (OCDE), e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), entre outros. Além disso, influências de modelos de currículo de outros países se apresentam na BNCC, como o Comomon Core Americano; o Currículo Nacional da Austrália e as bases curriculares do Chile.

Em termos de documento orientador à BNCC (2015-2016), no **contexto de produção de texto**, são apresentados princípios, formas de organização e conteúdo, reunidos em torno de direitos e objetivos de aprendizagem que se relacionam à quatro (4) área de conhecimento: *Ciências da natureza; Ciências humanas; Linguagens e Matemática* (BRASIL, 2015). Na versão da BNCC (2016) traz, além das áreas anteriores, o Ensino Religioso. Cada componente curricular é composta por *unidades de conhecimento e objetivos de aprendizagem*. No caso das Ciências da Natureza, tem-se uma proposta de organização dos conhecimentos para o Ensino Médio reunidos em torno de eixos estruturantes nomeados como: *Conhecimento conceitual das ciências da natureza; Contextualização histórica, social e cultural das ciências da natureza; Processos e práticas de investigação em ciências da natureza e Linguagens das ciências da natureza* e assim em cada eixo é ressaltada uma especificidade de cada componente curricular, além de apresentar diferentes objetivos. Isso não difere na versão da BNCC (2016). Em 2017, foi divulgada a terceira versão da BNCC, mas apenas para a Educação Infantil e Ensino Fundamental, mas já percebe-se mudanças na volta da ênfase de competências. A divulgação do documento vem sendo propagado pela mídia televisiva, e na internet, entre outros espaços que veiculam informação positivas que apontam a BNCC como possibilitadora de desenvolvimento de justiça social.

#### 4. CONCLUSÕES

O presente trabalho de pesquisa, ainda, em fase inicial, apresenta relações referentes aos documentos em análise, procurando mostrar como os contextos se apresentam em um documento político. Ainda que observemos algumas similaridades entre os PCNEM (2000) e as versões da BNCC em termos de organização curricular é importante frisar que existe muitas diferenças se compararmos seus princípios de finalidades. Fica evidente que existe a necessidade de repensarmos sobre todas essas proposições e formas de organização curricular que a educação escolar tem sofrido, considerando as políticas em uma dimensão global (governamental) que tem efeitos na escola e no trabalho dos professores, na dimensão local.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOWE, R.; BALL, S. J.; GOLD, A. **Reforming education and changing schools: case studies in policy sociology**. New York: Routledge, 1992. 192 p. [Bookshelf].

BALL, S. J.; BOWE, R. Subject departments and the 'implementation' of National Curriculum policy: an overview of the issues. **Journal Of Curriculum Studies**, [s.l.], v. 24, n. 2, p.97-115, mar. 1992. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/0022027920240201>

BALL, S. J. **Education Reform: A critical and post – structural approach**. Buckingham: Open University Press, 1994a.



BALL, S. J. **Ciclo de Políticas: Análise Política**. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009. 17 slides, color. Disponibilizado pela professora Maria Cecilia Lorea Leite – professora adjunta da UFPel, no PPGE.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio. **MEC**. Brasília. 2000

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Consulta Pública. Primeira versão. Brasília: **MEC**, 2015. Disponível em:< <http://historiadabncc.mec.gov.br/documentos.pdf> >. Acesso em: 23 mar. 2017

GÜNTHER, H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? **Teoria e pesquisa**. v. 22, n.2. Brasília. 2006

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E.D.A. **Pesquisa Em Educação: Abordagens Qualitativas**. 2. ed. 1986: Pedagógica e Universitária Ltda, 1986. 99